

A (NÃO) ASSUNÇÃO DA RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA EM ARTIGOS CIENTÍFICOS DE PESQUISADORES INICIANTES E EXPERIENTES¹

Rosângela Alves dos Santos Bernardino
(UFRN/PPgEL – Brasil)

1 Palavras iniciais

Este trabalho analisa estratégias de materialização da responsabilidade enunciativa em artigos científicos produzidos por pesquisadores situados em dois níveis distintos da escrita acadêmico-científica, o inicial e o avançado. A análise concentra-se no seguinte foco: 1) identificar, descrever e interpretar as estratégias de materialização da responsabilidade enunciativa mobilizadas no texto; 2) verificar como os pesquisadores (iniciantes vs. experientes) se posicionam em relação aos pontos de vista (PdV) de segundos enunciadorees (e2) e como inscrevem PdV próprios no texto; e 3) verificar como o gerenciamento dos PdV, próprios e alheios, colabora para a construção da autoria no texto acadêmico-científico.

A reflexão feita neste artigo vincula-se à nossa tese de doutorado em andamento, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPgEL), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/Brasil). O *corpus* constitui-se de artigos científicos produzidos por pesquisadores *iniciantes* (alunos de graduação e de pós-graduação) e pesquisadores *experientes* (doutores) e publicados em dois periódicos da área de Letras. Dada a limitação do espaço, analisamos qualitativamente dois artigos científicos, sendo cada um representativo dos níveis de escrita mencionados. Esses textos foram escolhidos de forma aleatória entre o conjunto maior que compõe o *corpus* da pesquisa.

Como enfoque teórico, seguimos os postulados da Análise Textual dos Discursos – ATD, delimitada por Adam (2011), os estudos de Rabatel (2009, 2010), de Guenthéva (1994), entre outros, sobre a responsabilidade enunciativa e suas formas de manifestação. A seguir, fazemos uma discussão teórica sucinta acerca do fenômeno da responsabilidade enunciativa, e, na sequência, a análise e interpretação dos dados; ao final, apresentamos uma breve síntese do que ainda consideramos como resultados preliminares.

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito do Programa Observatório da Educação (OBEDUC – CAPES/INEP – UFRN – PPGED/PPGEL/PPGECNM – 2011-14/CONTAR – Grupo de Estudos em Ensino da Matemática e da Língua Portuguesa). A autora é bolsista/beneficiária do OBEDUC, sob a orientação da Profa. Maria das Graças Soares Rodrigues (DLET - PPgEL - CCHLA – UFRN).

2 A responsabilidade enunciativa segundo a Análise Textual dos Discursos (ATD)²

Em 2008, foi publicada no Brasil, pela editora Cortez, a tradução da obra do linguista francês J.-M. Adam, intitulada *A Linguística Textual: introdução à Análise Textual dos Discursos*³. A obra é uma apresentação introdutória de um novo quadro teórico situado entre os domínios da Linguística Textual e da Análise de Discurso praticada por Maingueneau, definindo-se como *análise da produção co(n)textual dos sentidos*. Entre o conjunto de novas categorias tomadas de empréstimo de diversas abordagens teóricas, para análise do texto em diferentes níveis (o da textura, o da estrutura, o semântico, o enunciativo e o argumentativo), e na relação com o discurso e com os gêneros, a ATD traz a responsabilidade enunciativa como uma categoria que possibilita compreender o *desdobramento polifônico dos enunciados*. Essa noção teórica aparece em dois momentos de obra, no tópico 3.4, do capítulo 2, e no tópico 5.2, do capítulo 3.

Com base em Adam (2011), entendeu-se que a responsabilidade enunciativa “consiste na assunção por determinadas entidades ou instâncias do conteúdo do que é enunciado, ou na atribuição de alguns enunciados ou PdV a certas instâncias” (Passeggi, Rodrigues, Silva Neto, Sousa & Soares, 2010, p. 299). O autor afirma que “os enunciados podem, assim, não ser assumidos pelo locutor-narrador” (Adam, 2011, p. 115), ou porque são atribuídos a outrem (a um enunciator segundo), ou porque são anônimos, constituindo-se em PdV ligados à opinião comum. Nesse sentido, é possível ao locutor-narrador marcar o distanciamento enunciativo em relação ao PdV proferido.

Adam (2011, p. 117) afirma ainda que “o grau de responsabilidade enunciativa de uma proposição é suscetível de ser marcado por um grande número de unidades da língua⁴”, a saber: os dêiticos espaciais e temporais, os tempos verbais, as modalidades, os diferentes tipos de representação da fala, a indicação de quadros mediadores, os fenômenos de modalização autonímica e as indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados. Cada uma dessas categorias apresenta marcas linguísticas específicas e seu estudo requer o retorno a outros campos teóricos (por exemplo, a abordagem do mediativo, por Guenthéva (1994), o princípio do dialogismo, por Bakhtin (2006), a heterogeneidade enunciativa, por Authier-Revuz (1998, 2004), só para ficarmos nesses três).

² A discussão feita nesta seção se beneficia de um capítulo teórico de nossa tese de doutorado em andamento, a que este artigo se vincula, mas aqui constitui apenas uma visão resumida de alguns pontos principais.

³ Original francês: *La linguistique textuelle. Introduction à l'analyse textuelle de discours*. Paris: Armand Colin, 2005. Uma segunda edição da obra, revisada e aumentada, foi publicada no Brasil em 2011, pela mesma editora.

⁴ O conjunto de oito categorias e marcas listadas pelo autor é uma proposta que ampliou o chamado *aparelho formal da enunciação* de Benveniste (1974).

Pode se tratar de um campo teórico cujas categorias são abertas e flexíveis – tomando aqui o argumento da *flexibilidade* como *uma das vantagens da ATD* (Passeggi, et al, 2010, p. 307) – recorreremos também ao estudo de Rabatel (2009). Sua definição de responsabilidade enunciativa é relativamente semelhante à que encontramos em Adam (2011). Trata-se dos casos em que o primeiro locutor/enunciador (L1/E1) assume o conteúdo proposicional dos PdV⁵ que ele julga serem verdadeiros. Mas o autor acrescenta a noção de quase-responsabilização (no francês *quasi PEC*), para os casos em que L1/E1 imputa a responsabilidade do PdV a um enunciador segundo (e2), emitindo, em seguida, posicionamentos de *acordo* (total ou parcial), de *desacordo* ou expressando certa *neutralidade*. Ele diz: “é esta *quasi PEC*, imputada a e2, que permite em seguida que L1/E1 se posicione em relação à posição enunciativa de e2”⁶ (Rabatel, 2009, p. 73).

Nesse sentido, interrogar sobre a responsabilidade enunciativa e sobre o posicionamento do L1/E1 é o mesmo que procurar saber: qual é o PdV de L1/E1? Qual é sua posição sobre o PdV quando o imputa a outrem? Ainda que se admita o distanciamento e uma possível neutralidade de L1/E1, ele é sempre convocado a emitir uma posição no discurso. Outra particularidade no estudo de Rabatel (2010) é relacionar a responsabilidade enunciativa à noção de autoria, retomada dos estudos foucaultianos, compreendendo-a como a inscrição de uma voz portadora de PdV próprio, para além da assunção da responsabilidade pelos PdV alheios, pois evidencia a contribuição pessoal do autor, em seu trabalho de gerenciar as vozes no texto, atestando a singularidade do PdV, mesmo diante de um conjunto de trabalhos anteriores.

Consideramos, por fim, as postulações de Guentchéva (1994, p. 08) sobre o conceito de mediativo (MED), apontado por Adam (2011) como uma categoria da responsabilidade enunciativa (é o mesmo que *indicação de quadros mediadores*, em sua terminologia). Esta categoria recobre um conjunto de procedimentos gramaticais existentes em numerosas línguas “que permitem ao enunciador significar os diferentes graus de distância que ele toma com respeito às situações descritas, já que ele as distinguiu de maneira mediada”⁷. Por meio do MED, introduzido por marcadores como *Segundo X*, *Conforme X* etc., o enunciador pode

⁵ Encontramos três abreviações diferentes para o termo ponto de vista: PdV, na obra de Adam (2011), PDV, no trabalho de Rabatel (2009) e pdv, nos estudos desenvolvidos pela Teoria Escandinava da Polifonia Linguística (EcaPoLine). Mesmo seguindo a proposta de Rabatel, mantemos aqui a abreviação PdV, conforme Adam (2011).

⁶ C’est cette quasi PEC, imputée à e2, qui permet ensuite à L1/E1 de se positionner par rapport à la position énonciative de e2.

⁷ [...] qui permettent à l’énonciateur de signifier les différents degrés de distance qu’il prend à l’égard des situations décrites puisqu’il les a perçues de façon médiate.

assinalar que não é a fonte primeira da informação e manifestar, segundo uma espécie de *continuum*, seu engajamento ou distanciamento em relação aos fatos relatados. Isso é feito de acordo com o sistema gramatical de cada língua e baseia-se em três razões fundamentais: (i) os fatos “constituem conhecimentos geralmente admitidos ou transmitidos pela tradição”; (ii) “foram levados ao seu conhecimento por uma terceira pessoa ou por ouvir dizer”; (iii) “foram inferidos a partir de índices observados” ou ainda porque “são o resultado de um raciocínio”⁸.

3 Análise dos dados e discussão dos resultados

Os excertos dispostos em sequência nesta seção são ilustrativos do modo como se processa, no texto acadêmico-científico do pesquisador iniciante (exemplos de 1 a 4) e do pesquisador experiente (de 5 a 8), a (não) assunção da responsabilidade enunciativa, em que destacamos o gerenciamento dos PdV, próprios e alheios, os posicionamentos emitidos em relação a PdV imputados a e2, as implicações dessas estratégias para a construção da autoria no texto acadêmico-científico.

(1)

Segundo Orlandi (2010, p. 21), o discurso pode ser entendido como o “efeito de sentido entre locutores”. Desse modo, para que um texto tenha sentido, é preciso se levar em conta uma série de fatores externos a ele, que correspondem ao seu contexto de produção. Esses fatores, no entanto, não são de natureza linguística, muito pelo contrário. São, **conforme Fernandes (2008)**, de origem histórica e social e compreendem fundamentalmente o sujeito e a situação. Esse sujeito é **entendido por Fernandes (2008, p. 24) como** um ser social, não-empírico, “não fundamentado em uma individualidade, em um ‘eu’ individualizado, [...] que tem existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento da história e não em outro”. (Ac01, p.inic., 2013, pp. 415-416)

Neste primeiro excerto, as passagens “Segundo Orlandi” e “conforme Fernandes” são marcas linguísticas que delimitam a quem pertence o PdV relatado por L1/E1. Por se tratar de marcas caracterizadoras do mediativo (Guentchéva, 1994) ou das indicações de quadros mediadores, na terminologia de Adam (2011), observamos que o PdV sobre o discurso, a construção de sentido do texto e sobre seu contexto de produção não é assumido pelo L1/E1, mas sim imputado a e2, que neste caso são dois autores da área em questão, a Análise de Discurso de orientação francesa (ADF). A porção entre aspas em “efeito de sentido entre

⁸ En d’autres termes, l’énonciateur indique de façon explicite qui’il n’est pas la source première de l’information parce que les faits: a) constituent des connaissances généralement admises ou transmises par la tradition; b) on été portés à sa connaissance par une tierce personne ou par oui-dire; c) ont été inférés à partir d’indices observés; d) sont le résultat d’un raisonnement.

interlocutores” funcionam como uma espécie de ilhota citacional no interior da construção mediatizada, indicando que tanto o conteúdo quanto às palavras que o expressam pertencem a outrem. Nesse tipo de ocorrência, L1/E1 não somente fala segundo Orlandi, mas fala também segundo suas palavras, uma vez que estas foram reproduzidas fielmente em uma parte do discurso citado.

Ainda no excerto (1), outra porção do texto – em “é entendido por Fernandes...” e todo o trecho entre aspas – assinala mais um caso de imputação do PdV relatado por L1/E1, desta vez sobre a natureza dos fatores externos (o sujeito e a situação) que compõem o contexto de produção do discurso. A imputação é feita por meio de um tipo de representação de fala, um *discurso direto* (DD), mas com possíveis introdutores de *discurso indireto* (DI = “é entendido por Fernandes como” ou Fernandes entende como...). Vê-se, pois, que todo o conteúdo proposicional do PdV proferido por L1/E1 não é assumido por ele, configurando um caso de distanciamento enunciativo e de uma *pseudo* neutralidade, dado que não fica evidente o que pensa L1/E1 a esse respeito. Somente quando consideramos o co(n)texto do artigo científico, observando, por exemplo, o pano de fundo teórico-metodológico que o fundamenta, é que podemos perceber que, na verdade, a fala atribuída a e2, ou seja, imputada a autores da teoria adotada, correspondem ao que L1/E1 de fato quer dizer/defender.

Os excertos (2) e (3), a seguir, são bastante representativos de um tipo de estratégia muito recorrente no texto do pesquisador iniciante, em que, nos contextos de imputação, há a tomada de empréstimo do PdV e ao mesmo tempo das palavras que o relatam. Ocorre, então, que L1/E1 atribui o conteúdo proposicional do PdV a outrem, mas se engaja, na medida em que o toma para si.

(2)

Quando falamos em ensino de língua portuguesa no Brasil, **podemos pensar, assim como propõe Gregolin (2007)**, em dois momentos: antes e depois dos anos 1950. Esses períodos correspondem, na verdade, a uma "rixa" que ainda hoje permanece na formulação dos currículos de Letras e também no ensino de língua portuguesa na sala de aula: afinal, a gramática deve ou não ser ensinada? (Ac01, p.inic., 2013, p. 417)

Em (2), L1/E1 pensa conforme Gregolin (2007), quanto ao marco histórico que separa o ensino de língua portuguesa no Brasil, antes e após os anos de 1950, em relação a centrar-se ou não na gramática. Temos aí um caso de assunção da responsabilidade enunciativa, assinalada por *índices de pessoa* (“Quando falamos... podemos pensar”), ainda que o PdV não pertença a L1/E1, mas sim tomado de empréstimo no contexto mesmo da imputação (é

Gregolin quem propõe). Porém, ao usar aspas em “rixa”, L1/E1 seleciona a porção textual sobre a qual quer marcar o seu distanciamento enunciativo, ou seja, a parte não assumida. Não é L1/E1 quem nomeia os dois períodos como *rixa*, mas sim um locutor/enunciador anônimo.

(3)

Tomando emprestadas as palavras de Orlandi (2004, p. 67), podemos afirmar que,

para que a língua faça sentido é preciso que a história intervenha. E com ela o equívoco, a ambigüidade, a opacidade, a espessura material do significante. Daí a necessidade de administrá-la, de regular as suas possibilidades, as suas condições. A interpretação, portanto, não é mero gesto de decodificação, de apreensão do sentido. Também não é livre de determinações. Ela não pode ser qualquer uma e não é igualmente distribuída na formação social.

O que Orlandi nos apresenta, nada mais é do que uma constatação de que, apesar de a linguagem ser aberta, essa "polissemia" tenta ser controlada. Em um texto, por exemplo, uma forma de conter sentidos é através do uso das notas de rodapé6. [...]. (Ac01, p.inic., 2013, pp. 424-425)

Em (3), claramente se observa que o PdV é alheio, mas é L1/E1 quem o afirma usando as palavras tomadas de empréstimo de Orlandi (2004). Assim, todo o trecho que compõe o DD é assumido pelo L1/E1, justamente porque as palavras alheias e, portanto, o conteúdo do PdV de Orlandi tornaram-se seus. Na sequência do exceto, somente a palavra polissemia, retomada com aspas, marcam certo distanciamento do L1/E1 em relação ao referido termo, expressando a ideia de que a interpretação não se ausenta de determinações histórias, pois o sentido não pode ser qualquer um, a construção de sentidos é controlada pelos textos/discursos.

O exemplo (4), abaixo, diferente dos demais, sobressai-se em relação aos contextos de imputação. Desta vez, L1/E1 assume por conta própria o conteúdo do PdV, sendo este formulado a partir da observação de dados de pesquisa. Este é um caso de PdV próprio, pois constitui a interpretação do aluno pesquisador, apoiado na observação da realidade (ele afirma porque verificou e confirmou com dados). A responsabilidade enunciativa pelos fatos relatados no excerto (4) cabe, portanto, a L1/E1.

(4)

Desse modo, as sugestões do livro, **como acabamos de afirmar**, não apenas limitam o pensamento criativo do aluno (que seria capaz de identificar não apenas esses, mas muitos outros problemas), como também direcionam sua produção (o aluno só precisa pensar em outros problemas, caso o livro didático tenha sido "falho" em não listar os mais importantes). Nesse sentido, os autores atuam como coautores das produções textuais dos alunos, já que ditam o que o aluno pode e como deve dizer, ou seja, limitam o universo do dizível. (Ac01, p.inic., 2013, p. 426)

Agora, observemos nos excertos de (5) a (8), quais são as estratégias mobilizadas pelo pesquisador experiente (o doutor ou especialista na área em que atua), para demarcar a quem pertencem os PdV, quem se responsabiliza pelo conteúdo proposicional neles expressos e qual o seu posicionamento quando se trata do PdV alheio. Logo nos exemplos (5) e (6), vemos que os *índices de pessoa* revelam o comprometimento do L1/E1 em relação ao conteúdo do PdV proferido.

(5)

A visão de inclusão que me orienta toma como base a concepção bakhtiniana de dialogismo e, por conseqüência, a relação intrínseca existente entre sujeito e língua. Explicando melhor, **considero que** o falante – aquele que se inclui numa comunidade discursiva, ou num espaço social de seu interesse através da língua – não é um atualizador de um sistema que não lhe é possível alterar (ou que lhe assujeita), nem, tampouco, a origem ou a fonte absoluta e independente do seu dizer. (Ac02, p.exp., 2009, p. 03)

(6)

Sem questionar o mérito dessas abordagens, penso que falta, ainda, para a construção de uma perspectiva sociocultural do LD que possa efetivamente nortear a pesquisa em inclusão digital, levar em conta alguns problemas. Em primeiro lugar, é necessário encontrar mecanismos de análise que, em lugar de enfatizarem, ou de refutarem, descontinuidades entre os letramentos (tradicional e digital), desnudem os modos da sua convergência e da sua hibridização. **Penso que** um passo importante nesse sentido seria dar-se menos ênfase ao meio ou superfície da escrita, a partir da constatação de que, por serem praticados ou discursados, os meios materiais nos quais se fixam (ainda que temporariamente) sistemas de representação, como a escrita, não têm necessariamente a força determinante que muitos estudos lhes atribuem. Não se trata, contudo, de postular um continuum entre tradicional/digital, pois que tal formulação nos apresentaria a necessidade de sustentar, ainda que prototipicamente, a existência de pólos – impresso e digital – homogêneos. (Ac02, p.exp., 2009, pp. 18-19)

Os trechos realçados de negrito nos dois excertos mostram-se como as primeiras evidências de uma relação de L1/E1 com sua enunciação. Nos dois casos, o L1/E1 se faz presente no enunciado, demonstrando um engajamento em relação ao conteúdo de que se fala, sendo isso atestado pelas marcas de primeira pessoa (pronomes e verbo – “me”, “considero”, “penso”). Porém, a análise da manifestação da responsabilidade enunciativa vai mais além da identificação dessas marcas; precisamos discutir sobre seus efeitos de sentido.

Um conjunto de vozes pode ser identificado na composição do enunciado. Em (5), a voz de L1/E1, que materializa a posição do pesquisador doutor, coincide com a de um teórico da área, Bakhtin, pois esta voz é visivelmente assumida como sendo norteadora do trabalho. Em (6), percebemos vozes de abordagens teóricas acerca do letramento digital (LD) e ligadas à pesquisa em inclusão digital, além da voz do pesquisador, cuja posição lhe permite criticar, desconstruir e apontar direcionamentos. O pesquisador experiente reconhece o mérito das

abordagens, mas assume o ponto de vista de que “falta levar em conta alguns problemas”. Ele critica o fato de os mecanismos de análise enfatizarem, ou refutarem, descontinuidades entre os letramentos (tradicional e digital) e defende a necessidade de tais mecanismos desnudarem os modos da convergência e da hibridização dos referidos letramentos. Ao final, aponta um direcionamento, que seria “dar-se menos ênfase ao meio ou superfície da escrita” ..., mas explica em que sentido isso pode proceder (“Não se trata, contudo, de postular um contínuo entre tradicional/digital” ...).

No excerto (5), observamos que as vozes estão em aliança, L1/E1 engaja-se e assume o PdV de outrem (de uma autoridade da área), colocando-se numa posição de concordância; já em (6), esse L1/E1 confronta seu PdV com o de outras abordagens e, nesse movimento, se sobressai, dizendo-se avançar, no sentido de “dar um passo importante”. Com base nesse detalhamento das proposições enunciadas nos dois exemplos, identificamos porções no texto, especificamente marcas linguísticas (os índices de pessoa), que nos permitem dizer que o conteúdo dos enunciados é assumido por L1/E1. Em ambos os casos, trata-se da presença de um sujeito demarcado na enunciação, um sujeito (*eu*) que, projetando interlocutores (*tu*) com o quais estabelece relações de confronto ou de confluência (outras abordagens, outros autores), além de outro interlocutor mais amplo para o qual se dirige (a comunidade científica), assume um posicionamento próprio na instância do discurso e por isso se constitui como autor dos PdV, produzindo a imagem de pesquisador que tem uma contribuição a oferecer em relação à questão-problema discutida.

(7)

Com essa breve discussão, **não pretendo** policiar as escolhas lexicais dos que tomam a inclusão digital como objeto de estudo ou de ação política, mas apenas apresentar o argumento central deste trabalho: a relação entre inclusão e linguagem **na era das TIC** é melhor abordada como uma questão de letramento, com todas as implicações daí decorrentes. [...] **Ao longo do artigo, utilizarei** o termo letramento tanto no singular quanto no plural. (Ac02, p.exp., 2009, p. 05)

(8)

Cristaliza-se, com isso, a noção de letramento como capacidade cognitiva mensurável e indispensável à condição de funcionalidade do indivíduo na democracia, noção essa que, **nos dias de hoje, vemos** muitas vezes estendida diretamente à capacidade de utilizar as TIC, nos discursos do senso comum sobre inclusão digital. (Ac02, p.exp., 2009, p. 10)

Em (7) e (8), além dos índices de pessoa (“não pretendo”, “utilizarei”, “vemos”), os *dêiticos espaciais e temporais* também materializam a responsabilidade enunciativa. Os referentes das expressões dêiticas em destaque nos dois excertos só são atualizados no

contexto enunciativo nos quais foram construídos. A expressão “na era das TIC” remete a uma dada temporalidade que pode ser recuperada pela via da memória. Nesse caso, a enunciação demarcou um tempo que pode ir se distanciando da cena enunciativa imediata que o gerou. A expressão “nos dias de hoje” remete também a uma temporalidade, porém o faz numa relação particular com a situação imediata em que foi enunciada, uma vez que esse ‘hoje’ será sempre renovado a cada vez que a leitura daquele artigo for realizada. Já a expressão “Ao longo do artigo” faz remissão a um espaço do próprio texto (sua superfície), sendo que a compreensão dessa espacialidade dá-se no momento em que se retém a relação com o co-texto.

Em (7), o PdV sobre a relação entre inclusão e linguagem – que antes, “na era das TIC”, não era abordada como uma questão de letramento – é assumido por L1/E1. O marcador dêitico orienta-nos a perceber que há um PdV situado em outra temporalidade (não sabemos ao certo quando “cristaliza-se”), mas que L1/E1 retoma e o assume, só que numa perspectiva teórica do letramento. Ainda em (7), L1/E1 demarca o espaço no qual se insere o seu PdV e, num tom metalinguístico, assume um posicionamento de ordem metodológica com relação a uso da terminologia (“utilizarei o termo letramento tanto no singular quanto no plural”). Em (8), L1/E1 atribui a outrem (os discursos do senso comum, situados em um tempo X, “os dias de hoje”) o conteúdo do PdV, que trata de uma concepção equivocada de letramento como capacidade de usar as TIC.

Tanto em (7) quanto em (8), podemos constatar um diálogo com PdV anteriores, com os quais L1/E1 concorda (sobre tratar a relação entre inclusão e linguagem como uma questão de letramento) ou discorda (sobre “policiar as escolhas lexicais dos que tomam a inclusão digital como objeto de estudo ou de ação política” e conceber o letramento pela via do senso comum). Vemos aí as posições de L1/E1 materializadas no texto/discurso, em que ele refuta ideias e defende as que lhe parecem adequadas, sendo isso em função de um argumento central assumido no artigo científico.

4 Palavras finais

Em função das estratégias textuais/discursivas mobilizadas pelo pesquisador doutor ao longo do texto, demarcando a quem pertencem os PdV (pelo gerenciamento das vozes) e os posicionamentos assumidos (pela manifestação de acordo ou desacordo), é possível verificar a construção de uma imagem autoral mais independente da teoria adotada. Ele expressa-se como um autor que toma posse da palavra, comenta, posiciona-se, assume um dizer próprio.

No artigo analisado, vimos que os PdV deste pesquisador especialista apoiam-se, sim, na teoria adotada, em diversos autores, mas não se mostram completamente dependentes deles, uma vez que há a formulação de PdV próprios (Cf. Rabatel, 2010), no sentido de ir além da mera reprodução de fatos, de conhecimentos, trazendo sua contribuição particular para a área, seja isso por meio de relações estabelecidas entre conceitos, teorias ou da interpretação de dados. Nos resultados e conclusões do artigo, observamos a projeção de um pesquisador que propõe *uma concepção alternativa de letramentos digitais*, ou seja, expressa um modo de conceber o LD bem diferente em relação ao que se entendia tradicionalmente e no discurso do senso comum, no âmbito da inclusão digital.

Já para o aluno de graduação, por ter menos experiência na pesquisa científica e falar de um lugar teórico que possivelmente ainda está assimilando, esse trabalho de autoria, entendida aqui como a formulação de PdV próprios, se torna mais dificultoso. No texto analisado, percebemos que seus PdV apresentam-se sob a dependência de PdV alheios (da teoria adotada, de autores da área), em que estes são, no mais das vezes, tomados de empréstimo e a manifestação de acordo é sempre mais recorrente. Em todo o artigo, embora o aluno aponte a contribuição de sua pesquisa no que diz respeito a repensar sobre o papel do livro didático para o ensino de língua portuguesa, na verdade seus PdV confirmam resultados já amplamente conhecidos e divulgados em estudos sobre aquela temática. Assim, tem-se muito mais a construção da autoria centrada na assunção de PdV alheios, que deixa o aluno no limite da reprodução do conhecimento científico.

Esses resultados nos convocam a refletir sobre a produção textual em contextos acadêmico-científicos, especialmente nos cursos de graduação, em uma direção que enxergue a produção do aluno conforme o nível de escrita em que ela se encontra, para daí podermos trabalhar sobre ela. O conceito de responsabilidade enunciativa pode ser muito útil ao professor, seja no ensino, na orientação ou na correção e revisão de textos acadêmicos diversos, numa perspectiva que ajude o aluno a dominar as diversas estratégias textuais/discursivas necessárias para demarcar o diálogo com os discursos alheios – advindos das variadas fontes de pesquisa consultadas (teorias, autores) – e a saber construir também sua voz própria.

Referências

Adam, J. M. (2011). *A linguística textual: uma introdução à análise textual dos discursos*. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da S. Neto e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. Revisão Técnica: João Gomes da S. Neto. (2a ed. Rev. e Ampl.). São Paulo: Cortez.

Authier-Revuz, J. (1998). *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Tradução de Claudia R. Castellanos Pfeiffer, et al. Revisão técnica da tradução Eni Pulccinelli Orlandi Campinas: Ed. da UNICAMP.

_____. (2004). Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In:_____. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Apresentação Marlene Teixeira; revisão técnica da tradução de Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. (Cap. 1, pp. 11-80). Porto Alegre: EDIPUCRS.

Bakhtin, M. & Volochínov, V. N. (2006). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. (12 ed.). São Paulo: HUCITEC. (Primeira edição traduzida do francês 1979, por Michel Lahud e Yara Frateschi).

Guenthéva, Z. (1994). Manifestations de la catégorie du médiatif dans temps du français. *Langue Française*, (102), 8-23.

Passeggi, L., Rodrigues, M. das G. S., Silva Neto, J. G. da, Sousa, M. M. F. de, Soares, M. E. (2010). A análise textual dos discursos: para uma teoria da produção co(n)textual de sentido. In: Leite, M. Q. & Bentes, A. C. (Orgs.). *Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil*. (Cap. 7, pp. 262-312). São Paulo: Cortez.

Rabatel, A. (2009). Prise en charge et imputation, ou la prise en charge à responsabilité limitée... *Langue Française – La notion de prise en charge en linguistique*, (162, jun.), 3-27.

_____. (2010). Schémas, techniques argumentatives de justification et figures de l'auteur (théoricien et/ou vulgarisateur), *Revue d'anthropologie des connaissances*, 505-525.